



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

SÉRIE ESPECIAL
POLÍTICAS PÚBLICAS
EM LINGUAGEM CIDADÃ

VOL. 2

JUL/2024

CIÊNCIAS
SOCIAIS E
POLÍTICAS

SPP 02.

Introdução à política de Segurança Alimentar e Nutricional



Leonardo Assis Silva



DIRETORIA GERAL

Rafael Fonseca Dayrell Farinha

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO

Lucas Leal Esteves

DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA

Marcelo Mendicino

SEÇÃO DE CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PÚBLICAS

Evana Rezende Batista

CAPA

Larissa Metzker

Gustavo Ziviani

Yasmin Schiess

Seção de Criação Visual

Superintendência de Comunicação

Institucional

AUTORIA

Leonardo Assis Silva

Consultor Legislativo em Ciências Sociais e

Políticas

CONTATO: divcol@cmbh.mg.gov.br

URL: www.cmbh.mg.gov.br/A-Camara/publicacoes

Conforme a Deliberação da Mesa Diretora nº 3, de 2011, compete à Divisão de Consultoria Legislativa, entre outras atividades, elaborar textos técnicos, artigos, relatórios e outras peças informativas, bem como prestar assessoramento técnico às comissões, à Mesa Diretora e aos vereadores. Todos os Estudos e Notas Técnicas são produzidos em atendimento a solicitação de vereadora, de vereador, de comissão ou da Mesa Diretora.

O conteúdo deste trabalho é de responsabilidade dos autores e não representa posicionamento oficial da Câmara Municipal de Belo Horizonte ou da sua Divisão de Consultoria Legislativa.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Como citar este texto:

SILVA, Leonardo A. Introdução à política de Segurança Alimentar e Nutricional. Belo Horizonte: Divisão de Consultoria Legislativa/Câmara Municipal de Belo Horizonte, maio de 2024. Série Políticas Públicas em Linguagem Cidadã, v.2. **Disponível em:** www.cmbh.mg.gov.br/A-Camara/publicacoes. **Acesso em:** dd/mm/aaaa.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

SÉRIE ESPECIAL
POLÍTICAS PÚBLICAS
EM LINGUAGEM CIDADÃ

VOL. 2

JUL/2024

CIÊNCIAS
SOCIAIS E
POLÍTICAS

Introdução à política de Segurança Alimentar e Nutricional

SPP 02.

SUMÁRIO

1. O que é segurança alimentar e nutricional?	5
2. Como promover segurança alimentar e nutricional?	6
3. Políticas públicas de promoção de SAN	10
4. Para ir além	16
5. Referências.....	17

1. O que é segurança alimentar e nutricional?

A segurança alimentar e nutricional - SAN - é a situação em que as pessoas têm garantido o seu **direito à alimentação adequada**. Para que esse direito seja de fato garantido, é preciso que algumas condições estejam presentes:

Acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente.



O acesso a alimentos não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.



Práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam sustentáveis em diferentes perspectivas (ambiental, cultural, econômica e social).



Quando essas condições não estão presentes, caracteriza-se a situação de **insegurança alimentar**, que pode ser leve, moderada ou grave.

Insegurança alimentar leve	Comprometimento da qualidade da alimentação em detrimento da manutenção da quantidade percebida como adequada.
Insegurança alimentar moderada	Modificação nos padrões usuais da alimentação concomitante à restrição na quantidade de alimentos entre os adultos.
Insegurança alimentar grave	Quebra do padrão usual da alimentação com comprometimento da qualidade e redução da quantidade de alimentos de todos os membros da família, inclusive das crianças residentes no domicílio, podendo ainda incluir a experiência de fome.

2. Como promover segurança alimentar e nutricional?

2.1. Fome e insegurança alimentar no Brasil

O Brasil é marcado por fortes desigualdades sociais. Uma das faces dessa desigualdade é a grande quantidade de pessoas que passa fome, mesmo em um país que é um dos maiores produtores de alimento no mundo. A fome no Brasil não é resultado da escassez de alimentos, mas de um modelo econômico que não prioriza a produção dos alimentos mais adequados à saúde da população, nem consegue fazer com que os alimentos produzidos cheguem de forma acessível a quem necessita.



Historicamente, a atuação do poder público no combate à fome no Brasil foi muito limitada. Além de serem poucas, as ações de combate à fome normalmente se restringiam a políticas de aumento da renda ou a distribuição de alimentos, como, por exemplo, o salário mínimo atrelado ao valor dos alimentos, a distribuição de cestas básicas, os restaurantes populares e a alimentação escolar.

Essas duas frentes de ação (aumento da renda e oferta de alimentos) continuam sendo importantes até hoje, mas, sozinhas, deixam lacunas que impedem uma garantia plena do direito à alimentação adequada.

A renda familiar deve ser suficiente para acesso a todos os direitos, incluindo alimentação. Sempre que essa renda estiver abaixo do ideal, é dever do Estado promover as políticas necessárias para que todas as famílias tenham dinheiro suficiente para comprar seus alimentos. Contudo, observa-se que, **mesmo que a família tenha dinheiro, o direito à alimentação adequada é prejudicado quando...**

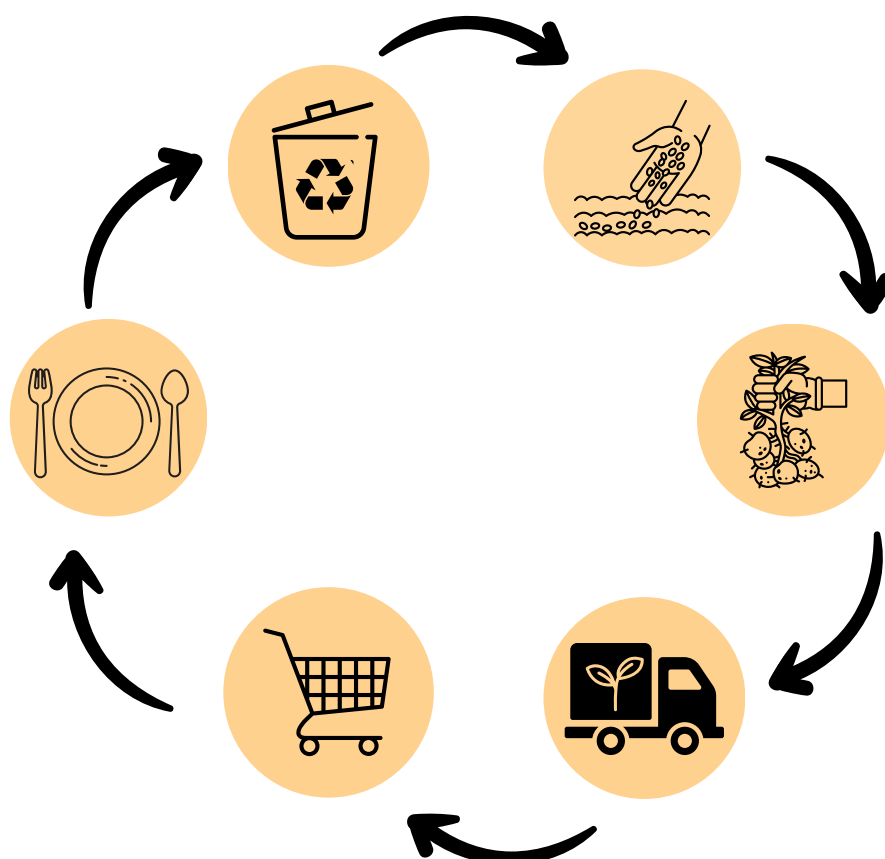
- o sacolão mais próximo fica a 5 km ou mais de distância;
- o preço dos alimentos pode subir a qualquer momento;
- todas as verduras disponíveis no supermercado são cultivadas com agrotóxicos;
- os alimentos são produzidos com técnicas altamente poluentes, impedindo a continuidade da produção no longo prazo;
- as pessoas não sabem distinguir as opções de alimento mais saudáveis;
- no caminho de casa para o trabalho todas as opções de café da manhã são de produtos ultraprocessados, sem opções de frutas.

A distribuição de alimentos também pode resolver a necessidade imediata de consumir algum alimento, mas o direito à alimentação adequada pode ser prejudicado se...

- a distribuição não for feita de forma regular;
- os alimentos distribuídos tiverem pouca diversidade ou tiverem baixo valor nutricional;
- as pessoas não souberem aproveitar ao máximo os alimentos recebidos;
- os alimentos distribuídos não forem efetivamente consumidos, por não fazerem parte da cultura das pessoas que os receberam.

2.2. Muito além da cesta básica: o ciclo dos alimentos

Para garantir o direito à alimentação adequada, é preciso agir em todo o ciclo do alimento, desde a produção até o consumo e o descarte dos resíduos.



Em primeiro lugar, é preciso produzir alimentos saudáveis, em quantidade suficiente e de forma sustentável. Depois disso, deve haver uma estrutura para que esses alimentos sejam comercializados em locais acessíveis aos consumidores e por um preço que seja justo para todas as pessoas e organizações envolvidas no processo. É importante também que os consumidores tenham as informações e os conhecimentos necessários para identificar os alimentos mais saudáveis, para que possam aproveitar bem a variação da oferta ao longo das diferentes estações do ano e preparar pratos de acordo com as características do alimento comprado e dos hábitos alimentares de quem vai consumi-lo. Devem ser adotadas estratégias para o máximo aproveitamento dos alimentos e reaproveitamento dos resíduos (utilizando esses resíduos como fertilizante, por exemplo).

Em 2015, os países membros da Organização das Nações Unidas - **ONU**, incluindo o Brasil, se comprometeram a “**acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável**” até o ano de 2030. Esse grande objetivo desdobra-se em oito objetivos menores:

1. Acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.

2. Acabar com todas as formas de má-nutrição.

3. Dobrar a produtividade e a renda dos pequenos produtores de alimentos.

4. Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas capazes de resistir às mudanças climáticas.

5. Manter a diversidade genética de sementes, plantas e animais.

6. Aumentar investimento em infraestrutura rural.

7. Corrigir e prevenir restrições e distorções nos mercados agrícolas mundiais.

8. Garantir funcionamento adequado de mercados de *commodities*, limitando a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.

3. Políticas públicas de promoção de SAN

3.1. Âmbito nacional





Para alcançar os objetivos definidos pela ONU e outros definidos pela própria política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, o governo federal promove várias ações relacionadas ao direito à alimentação adequada. Algumas delas estão listadas abaixo, com breves comentários para explicitar sua capacidade de contribuir com a efetivação do direito. É interessante notar que, no nível federal, o foco das ações é na fase de produção dos alimentos, com algumas ações adicionais na mediação de compra e venda desses alimentos.







Ação	Impacto na segurança alimentar e nutricional
Reforma agrária e regularização de terras	Ao combater a concentração de terra, o poder público aumenta a produção de alimentos por pequenos produtores. Uma produção menos centralizada tende a ser mais alinhada aos direitos humanos e menos dependente de grandes corporações, que podem priorizar a monocultura e as exportações em detrimento das necessidades do mercado brasileiro.
Assistência técnica a pequenos produtores	Juntar a experiência dos produtores com o conhecimento técnico ofertado pelo governo permite o aumento da eficiência na produção, gerando mais oferta de alimentos e mais renda para os pequenos agricultores.
Facilitar o acesso de agricultores familiares a máquinas, equipamentos e implementos agrícolas	O governo federal apoia o financiamento de tratores e outros equipamentos para que os agricultores familiares tenham uma produção maior e mais eficiente.






Ação	Impacto na segurança alimentar e nutricional
Ampliar o acesso à água para famílias rurais por meio de cisternas e outras tecnologias	O acesso à água faz parte do direito à alimentação adequada, tanto para consumir diretamente quanto para utilizar na preparação de alimentos, irrigar plantações ou permitir a criação de animais.
Garantia-Safra	Benefício voltado a agricultores com grande perda de safra por falta ou excesso de água. Dessa forma, os pequenos agricultores, que contavam com os recursos da venda dos alimentos, conseguem sobreviver e organizar a produção do próximo ciclo.
Formação de estoques	O governo federal compra grandes quantidades de alguns alimentos e os retira temporariamente do mercado, para garantir que o preço não caia muito. Depois, em período de menor oferta, o produto volta ao mercado, para evitar escassez e aumento excessivo de preços. O governo também incentiva que os próprios agricultores se organizem para formar estoques.
Aquisição de alimentos da agricultura familiar para equipamentos públicos	Restaurantes populares, escolas, abrigos e outros equipamentos que servem comida compram alimentos da agricultura familiar, mesmo quando o preço é maior do que o praticado pelo mercado. Assim, os pequenos agricultores têm mais segurança para investir na própria produção.
Guia Alimentar para a População Brasileira	O Guia é uma publicação do Ministério da Saúde com orientações úteis à população em geral, a nutricionistas e a qualquer estabelecimento que sirva comida. As diretrizes de alimentação do Guia levam em conta as características próprias da sociedade brasileira.

3.2. Âmbito municipal

Os Municípios também têm papel importante na garantia do direito à alimentação adequada, mas suas ações podem variar muito de acordo com o contexto local. Abaixo, listamos algumas frentes de trabalho da política de Segurança Alimentar e Nutricional em Belo Horizonte. Ao contrário do que ocorre no nível federal, as ações com maior alcance no Município são aquelas voltadas à comercialização e à oferta do alimento pronto, ainda que também haja iniciativas voltadas à produção de alimentos.

Ação	Impacto na segurança alimentar e nutricional
Apoio à sociedade para cultivo de hortas, pomares e similares	<p>A Prefeitura fornece capacitação e insumos, como ferramentas e sementes, a grupos que queiram implantar e manter unidades produtivas em BH. A ação aproveita áreas ociosas, aumenta a produção de alimentos saudáveis no território e desconstrói o mito de que não se produz alimento em grandes metrópoles.</p> <p>SAIBA MAIS </p>
Banco de sementes crioulas e agroecológicas	<p>Considerando o risco da contaminação genética de alimentos para a biodiversidade, a Prefeitura armazena sementes de diversas espécies. Assim, garante a continuidade dessas espécies e cria uma fonte de conhecimento para pesquisadores e agricultores.</p> <p>SAIBA MAIS </p>
Formação sobre agricultura urbana e agroecológica	<p>A Prefeitura oferece curso sobre agroecologia, com conteúdo que aborda manejo do solo, plantas medicinais, políticas públicas, entre outros assuntos. A formação promove maior consciência sobre a produção e o consumo de alimentos na nossa sociedade e fomenta hábitos mais sustentáveis.</p> <p>SAIBA MAIS </p>
Centro de agroecologia e educação ambiental para resíduos orgânicos	<p>O centro produz sementes e outros insumos para o plantio de alimentos em Belo Horizonte, além de oferecer oficinas sobre compostagem, incentivando o aproveitamento integral dos resíduos orgânicos.</p> <p>SAIBA MAIS </p>

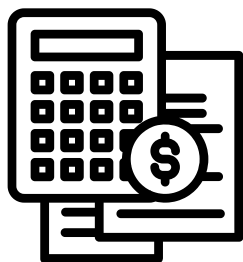
Ação	Impacto na segurança alimentar e nutricional
Biofábrica de joaninhas e bichos-lixeiro	<p>Vários insetos são conhecidos por se alimentarem de pragas (pulgão, ácaro, cochonilha etc). Para evitar o uso de agrotóxicos em áreas verdes e plantações, a Prefeitura distribui esses insetos gratuitamente, incentivando iniciativas de agricultura urbana.</p> <p>SAIBA MAIS </p>
Feiras	<p>Para garantir a oferta de alimentos saudáveis e apoiar a venda de produtos da Região Metropolitana de BH, a Prefeitura credencia agricultores e organiza feiras de frutas, legumes, verduras e outros produtos da agricultura familiar. Algumas dessas feiras são exclusivas para alimentos orgânicos e da agricultura familiar.</p> <p>SAIBA MAIS </p>
Sacolão público	<p>Para garantir o acesso a alimentos saudáveis, a Prefeitura mantém sacolões hortifrutigranjeiros em diversas regiões da cidade, com preços controlados pela própria Prefeitura.</p> <p>SAIBA MAIS </p>
Banco de Alimentos	<p>O Banco de Alimentos arrecada doações e encaminha os produtos a entidades de Assistência Social em BH. Assim, diminui o desperdício e aumenta a oferta de alimentos para a população em situação de vulnerabilidade social.</p> <p>SAIBA MAIS </p>
Aquisição de alimentos da agricultura familiar para equipamentos públicos	<p>Restaurantes populares, escolas, abrigos e outros equipamentos que servem comida compram alimentos da agricultura familiar, mesmo quando o preço é maior que o praticado pelo mercado. Assim, os pequenos agricultores têm mais segurança para investir na própria produção.</p> <p>SAIBA MAIS </p>
Central de Abastecimento da Agricultura Familiar - CAFA	<p>Para fomentar o associativismo de agricultores e aumentar a capacidade de vendas, a Prefeitura mantém estrutura com escritório, local de armazenamento, caminhão e outros equipamentos de apoio às cooperativas cadastradas.</p> <p>SAIBA MAIS </p>

Ação	Impacto na segurança alimentar e nutricional
Assistência Alimentar e Nutricional Emergencial	<p>A Prefeitura disponibiliza um cartão alimentação temporário para famílias em situação de extrema pobreza e insegurança alimentar. As famílias também são acompanhadas pela política de Assistência Social e têm acesso às demais ações de Segurança Alimentar e Nutricional, como a qualificação em gastronomia.</p> <p>SAIBA MAIS </p>
Restaurantes e refeitórios populares	<p>As unidades de alimentação popular compõem uma das ações mais conhecidas da política de Segurança Alimentar e Nutricional em BH. Os equipamentos servem comida balanceada por um preço baixo, com descontos e gratuidades a públicos específicos.</p> <p>SAIBA MAIS </p>
Alimentação em escolas e equipamentos da Assistência Social	<p>A Rede Municipal de Ensino e os equipamentos da Assistência Social atendem aproximadamente 200 mil pessoas todos os dias, inclusive com o fornecimento de refeições. Para propiciar alimentação saudável a esse público, a Prefeitura centraliza as compras dos alimentos e elabora cardápio padronizado e balanceado.</p> <p>SAIBA MAIS </p>
Ações educativas	<p>Para conscientizar a população em relação à alimentação saudável, a Prefeitura atua em várias frentes, como oficinas, apresentações de teatro, publicação de cartilhas e <i>podcast</i>. Algumas dessas ações são voltadas a públicos específicos, como educadores da Rede Municipal de Ensino.</p> <p>SAIBA MAIS </p>
Cursos de gastronomia	<p>Além de promoverem inserção no mercado de trabalho, as ações de qualificação em gastronomia contribuem para a difusão de conhecimentos sobre diferentes formas de utilização e aproveitamento dos alimentos.</p> <p>SAIBA MAIS </p>

Atualmente, as ações de SAN em Belo Horizonte são realizadas principalmente pela **Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional** - Susan, que é parte da Secretaria de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - Smasac.

SAIBA MAIS >>

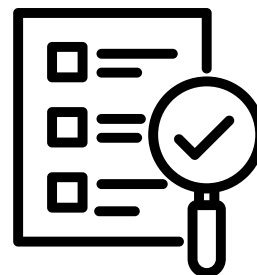
**PORTFÓLIO DE
POLÍTICAS
PÚBLICAS DA
SMASAC**



No orçamento municipal, as ações da Susan somam **R\$ 167 milhões** em 2024, mais a estrutura de pessoal dessa secretaria. Desse montante, aproximadamente 95% são destinados à oferta de alimentos em escolas, restaurantes populares e instituições de assistência social. O restante do recurso é utilizado em ações como o apoio à produção de alimentos, a operacionalização de feiras, e a oferta de cursos de gastronomia.

As ações da Prefeitura são acompanhadas por dois órgãos de controle social, com representantes do poder público e de entidades da sociedade civil:

1. **Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional** - Comusan
2. **Conselho de Alimentação Escolar** - CAE



4. Para ir além



Para assistir:

Documentário [Chapada do Apodi, Morte e Vida](#)

Documentário [Frutas Doces Vidas Amargas](#)



Para ouvir:

Podcast Prato Cheio - Episódio [Agroecologia não é mercadoria](#)

Podcast [Educação Alimentar e Nutricional](#)



Para ler:

Reportagem: [Quem salvará o arroz, o feijão e a mandioca?](#)

5. Referências

BELO HORIZONTE. Lei nº 11.645, de 29 de dezembro de 2023. Dispõe sobre a revisão do PPAG para o período de 2024-2025.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. Portfólio de políticas públicas. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2023/smasac_portifolio-completo_digital_20230825.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em <<https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan>>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.36, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. Insegurança Alimentar e Nutricional. Disponível em <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/inseguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: 28 jun. 2024.

REDE PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
Avenida dos Andradas 3100 . Santa Efigênia . BH . MG
www.cmbh.mg.gov.br
31 3555.1100